



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0308288-2

APELANTE: SEVERINO JORGE DOS SANTOS

APELADO: BANCO SANTANDER S/A


REL. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. CONSIGNATÓRIA. REVISÃO CONTRATUAL. CRÉDITO E FINANCIAMENTO. ENCARGOS ABUSIVOS. INICIAL INDEFERIDA. PROCESSO EXTINTO. SENTENÇA MANTIDA. TAXA DE JUROS E SPREAD BANCÁRIO PRATICADOS PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ABUSIVIDADE. INOCORRÊNCIA. PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO DO AUTOR NÃO PRODUZIDA – RECURSO NÃO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0308288-2, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao apelo, nos termos do voto da Relatora Substituta, constante nos autos, que fica fazendo parte integrante deste julgado. (Sessão realizada no dia 24 / 09 / 13).

Recife, 24 de setembro de 2013


Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Relatora Substituta



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

65
Jr

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0308288-2

APELANTE: SEVERINO JORGE DOS SANTOS

APELADO: BANCO SANTANDER S/A

REL. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

RELATÓRIO

Adoto o relatório da sentença de fl. 35 e verso.

Acrescento que o douto magistrado, com base no art. 267, inciso I, do Código de Processo Civil, indeferiu a inicial e declarou extinto o feito sem resolução do mérito. Daí adveio o presente apelo.

Em suas razões (fls.39/53) busca a parte autora a reforma do julgado por ser contrário à lei e à prova dos autos.

Devidamente intimada a parte recorrida deixou transcorrer *in albis* o prazo para contra-arrazoar, conforme certidão de fl. 57.

É o relatório.

Inclua-se o feito em pauta.

Recife, 12.09.2013.


Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Relatora Substituta



Estado de Pernambuco

Poder Judiciário

35

Processo nº 0043934-40.2012.8.17.0001

Sentença nº 309/12

Vistos etc.

Severino Jorge dos Santos propôs a presente Ação Revisional de Contrato com pedido de Consignação em pagamento em face de **Banco Santander S/A**, alegando que firmou com a Ré um contrato de Alienação Fiduciária para aquisição de um veículo VW/KOMBI FLEX, ano 2011, financiado em 48 parcelas de R\$ 1.564,31, estando quitadas 10 parcelas.

Requer a antecipação dos efeitos da tutela, nos termos descritos na exordial e, ainda, a autorização da consignação em pagamento do valor incontroverso das prestações no importe de R\$ 469,24

Juntou com a inicial os documentos de fls. 31/33 e requereu os benefícios da gratuidade de justiça.

É o relatório. Decido.

Concedo a gratuidade de Justiça, nos termos da Lei nº 1060/50.

Na forma do art. 329 do Código de Processo Civil, o processo deve ser extinto, independentemente da citação da Demandada, ante as razões adiante expostas.

Inicialmente denota-se que foram pagas 10 parcelas do contrato firmado e logo, então veio a entrada da ação. Não se mostra nos autos a não aceitação pela Demandada do valor que quer pagar em atraso.

A jurisprudência aceita a consignação em pagamento paralelamente dentro do processo na discussão de cláusulas contratuais e por pagamento que mostre exorbitância com o razoável valor. Todavia esse valor tem que ser incontroverso, forma de pagamento injusta e exorbitância visível dos juros. Trouxe nos autos documentos e planilhas incapazes de dar convencimento para uma liminar consignatória.

Observar o art. 891, do Código de Processo Civil, quando diz que com a consignação cessam os juros e os riscos e, conseqüentemente entendermos também que o valor incontroverso não pode ser um valor eleito pelo Demandante. Acima já se falou na objetividade do valor possível de consignar com características de incontroverso. Um pacto contratual financeiro obedece a lei do mercado e o anatocismo somente pode ser detectado com segurança com a sentença final. No caso, pede para consignar apenas parcelas do valor líquido do financiamento não podendo ter amparo jurídico e tampouco ético.

O Demandante, em conclusão, quer uma caracterização da mora com as benesses do judiciário, o que não é possível. A certeza na consignação é que dar impulso ao Juízo para deferir liminar de consignação, não podendo valer a justificativa de que os valores mensais estão trazendo encargos financeiros exorbitantes.

A inclinação dos julgados colegiados, principalmente os superiores é a definição que numa sociedade de mercado não é de bom alvitre fixar juros e outros valores de financiamentos. O spread bancário é uma realidade puramente de mercado que também deve ser observado somente em final sentença. Se querer firmar tese antes da final sentença é de se exemplificar a título de exemplo que não podemos fixar os mesmos percentuais de juros em financiamentos ou em seguros como se toda região brasileira tivesse o mesmo índice de e percentual de furto de veículo, a exemplo. As variedades dos fatos sociais e naturais podem e devem definir os quantum de juros e encargos correlatos além do spread bancário.

A consignação pedida, torna os demais pedidos seus acessórios e no caso *sub judice* conseqüente é o indeferimento da inicial.

Ante o exposto, julgo por sentença extinto o processo sem resolução do mérito com arrimo no art. 267, incisos I do Código de Processo Civil.
Custas satisfeitas.

P. R. I.

Recife, 09 de julho de 2012


Marcelo Russell Wanderley
Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

SEXTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0308288-2

APELANTE: SEVERINO JORGE DOS SANTOS

APELADO: BANCO SANTANDER S/A

REL. SUBSTITUTA: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO

VOTO

Sr. Presidente,

Srs. (as) Desembargadores (as),

Sr. (a) Procurador (a) de Justiça:

Com efeito, depreende-se dos autos que o ora apelante adquiriu o veículo individualizado na inicial junto à instituição bancária, ora recorrida, financiado no valor de R\$ 34.500,00 (trinta e quatro mil e quinhentos reais), em 48 (quarenta e oito) parcelas, cada uma delas no valor de R\$ 1.564,31 (hum mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos). Objetiva, agora rever os pressupostos básicos da operação e depositar em juízo as parcelas vencidas e vincendas que considera correto sem incidência ou com aplicação de taxa de juros diversa do que foi pactuado.

Registre-se, em primeiro lugar, que o contrato firmado com a instituição financeira está sujeito às normas do Código de Defesa do Consumidor. Com efeito, a atividade por ela desenvolvida encerra relação de consumo, uma vez que está entre aquelas "referentes à produção e colocação no mercado de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

bens e de serviços, e sua consumação posterior pela coletividade" (BITTAR, Carlos Alberto. *Direitos do Consumidor*. Forense, 4 ed., p. 28).

Diferentemente, no entanto, do que argumenta o ora apelante, a cobrança de juros em operações de financiamento não se acham sujeitas às limitações preconizadas nos autos, sendo, assim, legais os critérios utilizados para o cálculo das parcelas de valor fixo, expressas em reais.

Quem se utiliza de recursos de uma instituição financeira tem de pagar os juros (remuneração) que ela cobra. Só não pagaria se apontasse objetivamente um impedimento legal, uma desconformidade do que está escrito no contrato com uma norma cogente, o que não se contém nos autos.

Por outro lado, o propósito da ação consignatória é afastar a mora. No entanto, o que se constata dos autos é que o ora consignante pretende consignar valor absolutamente diverso do contratado. Logo, a recusa é perfeitamente justa "já que não se pode exigir que o credor receba menos do que o contrato lhe garante".

De outra parte, também não vislumbro a hipótese de lesão enorme (spread).

Questão análoga foi objeto de outro recurso – Apelação Cível nº 199006-7 – na qual, o então relator Des. Eduardo Paurá, inseriu trecho da sentença prolatada no juízo de primeira instância, com as seguintes ponderações, as quais, peço vênha, para adotar como razão de decidir:

"A principal tese levantada pelo demandante, a fim de reduzir a parcela de seu financiamento, recai na onerosidade do spread bancário em razão da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

inclusão do "percentual de inadimplência de terceiros", situação que levaria a um lucro excessivo dos bancos, haja vista o grau de subjetivismo desse componente de custo do empréstimo. Tal tese, no entanto, não pode prosperar.

O spread bancário constitui-se na diferença entre o custo da captação do dinheiro pelos bancos e o resultado da aplicação do capital obtido. O spread, então, leva em consideração o custo do dinheiro para a instituição financeira e o valor auferido com a aplicação desse capital. Daí porque, em tese, quanto maior o spread, maior pode ser considerado o lucro da instituição bancária.

A composição do spread bancário é variada, e leva em conta os tributos, as despesas operacionais do banco, a taxa de juro paga pela captação do dinheiro e, ainda, o malsinado percentual por inadimplemento, também denominado "percentual de risco". Então, para o consumidor final, essa variação do spread terá repercussão na taxa de juros aplicada ao seu financiamento. Já o lucro do banco, que também é fator de composição do spread, poderá variar segundo a exatidão desses dados.

Trazendo esses conceitos para o caso dos autos, entende-se que a intenção do demandante era desconstituir a legitimidade da parcela do spread concernente à "inadimplência de terceiros", caracterizando, dessa forma, um excesso do lucro do banco (já que o dinheiro não teria o custo declarado), reduzindo, ao final, a taxa de juros aplicada ao seu empréstimo.

Ocorre que, para tal mister, não basta utilizar-se de estudo genérico referente ao primeiro semestre de 1999 (ver fls. 14), na qual apenas mostra a decomposição do spread bancário e o percentual, à época, referente à inadimplência. Isso porque, tratando-se de demandada individual, dirigida a uma instituição específica, haveria o autor de comprovar, ou, ao menos, trazer indícios de que o banco réu estaria falseando os dados referentes à inadimplência de terceiro para maximizar seus lucros. Mais ainda, esse



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

estudo sobre o spread, por si, não constitui elemento suficiente a caracterizar qualquer situação de abuso de lucro por parte do banco réu, haja vista existirem diversos estudos sobre o spread bancário, cada qual com a sua metodologia de cálculo, na qual são considerados diferentes fatores para a composição do índice. A tese, aqui, falece pela superficialidade.

Percebe-se, portanto, que o uso do spread, como indicador da conduta abusiva dos bancos, não pode ser admitido de forma genérica, principalmente quando a parte interessada (no caso, o autor) faz uso de estudo deveras defasado, feito em 1999, distante da realidade do seu contrato e dos juros pactuados. O lucro excessivo e a conduta abusiva do banco réu devem ser comprovados no caso concreto, na relação havida entre as partes.

Por fim, reafirmo os fundamentos lançados anteriormente, no qual tratei da inexistência de limitação legal dos juros remuneratórios, para esclarecer que a tese do spread não pode servir como fator de limitação dos juros bancários, mormente quando não há qualquer prova de que, no caso dos autos, a taxa contratada extrapola aquela vigente no mercado para o tipo de financiamento adquirido. Nesse sentido se manifesta a jurisprudência dominante do STJ, conforme aresto abaixo transcrito:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. ABERTURA DE CRÉDITO FIXO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CÉDULA DE CRÉDITO. FUNDAMENTAÇÃO DIVERSA. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. FIXAÇÃO. AUSÊNCIA. LIMITAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. (...) 2. Todavia, na espécie, não se discute a revisão de cédula de crédito; mas, sim, de contrato bancário de abertura de crédito fixo, no qual a taxa de juros remuneratórios pactuada, segundo pacífico entendimento deste Sodalício, somente pode ser alterada após demonstração cabal da sua abusividade, em relação à taxa média de mercado, o que não ocorre



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres

no caso vertente, incidindo a disposição contida no Enunciado nº 596, da Súmula do eg. Supremo Tribunal Federal. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 975.396/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 09.10.2007, DJ 29.10.2007 p. 275)".

Portanto, conclui-se que o recorrente/autor não se desincumbiu de comprovar o fato constitutivo do direito invocado autorizando a rejeição das razões recursais ora deduzidas.

Com tais considerações, voto no sentido de negar provimento ao presente apelo.

É como voto.

Recife, 24 de setembro de 2013

Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro
Relatora Substituta